

"O Mercosul será afetado se a Argentina vier a dolarizar, num lance de desespero."

Fábio Giambiagi, economista do BNDES, sobre o impacto do pacote econômico argentino, ontem, em entrevista ao programa "Bom Dia Brasil", da rede Globo

## A miséria dos números e os números da miséria



MARCELO  
CÔRTEZ  
NERI

**M**arcio Pochmann escreveu no dia 15/05, neste mesmo espaço, que a desigualdade de renda brasileira está "ocultada" nos números oficialmente divulgados. O ponto de seu artigo é que a desigualdade oficial é subestimada de maneira proposital ao excluir as pessoas com renda nula dos cálculos. A sua proposta seria trabalhar com todo o universo de pessoas acima de dez anos de idade e não só o segmento pago, incorporando os contingente de desempregados e os não remunerados aos números da desigualdade. Permito-me discordar em pelo menos dois pontos.

Em primeiro lugar, a idéia que o governo FHC esconde os maus números de desigualdade não se sustenta em nível tanto da análise dos discursos, como das práticas observadas. Há quatro anos, o

IBGE abriu acesso público irrestrito aos microdados de suas pesquisas domiciliares que são o insumo básico para a produção independente de estatísticas sociais. Esta transparência assumida pelo IBGE não é compatível com a teoria de que a nossa desigualdade é sistematicamente "ocultada". Acredito que o potencial de conhecimento sobre a desigualdade brasileira foi recentemente democratizado, no que tange aos produtores oficiais de informações primárias.

Em segundo lugar, diversos setores do governo divulgam, todo o tempo, estatísticas sociais secundárias baseadas em renda familiar per capita (a soma da renda de todos os membros da família divididas pelo número total de membros). A fim de incorporar os desempregados, os ocupados sem pagamento e — por que não, as crianças — à análise, é preciso apenas que se compreenda o significado dos conceitos corriqueiramente divulgados por órgãos oficiais ou não. A meu ver, a causa da pobreza da análise conjuntural de cunho social brasileira encontra-se em outro lugar.

Aproveito a entrada no terreno inó-

pito dos números sociais baseados em renda para dar a minha visão sobre as suas limitações. A fonte básica de informação em nível nacional sobre o desempenho social são pesquisas de mercado de trabalho como a PME-IBGE aplicadas de maneira circunscrita às regiões metropolitanas. Essas regiões representam cerca de 30% da população brasileira e são bastante diferentes do resto do país, com rendas médias 42,5% superiores. Outra limitação dessas pesquisas é que cobrem apenas a renda oriunda do trabalho ignorando outras fontes de renda que representam 26,9% da renda total auferida, como aluguéis, juros, benefícios previdenciários, seguro-desemprego etc. Apesar das limitações apontadas, são pesquisas deste tipo que pautam o dia-a-dia do debate social do país.

Os números da PME indicam forte piora em vários indicadores de desempenho do mercado de trabalho metropolitano como nível e duração do desemprego, a informalidade etc. no período pós-crise asiática. Cálculos sobre as últimas PNADs nos permitem sintetizar essa deterioração do trabalho nas metrópoles

nas quais a PME é realizada: entre 1996 e 1998, a renda (domiciliar per capita deflacionada pelo INPC) caiu 2,64%. A proporção de indigentes aumentou 7,4%.

A PNAD-IBGE nos permite ampliar paulatinamente o foco da análise dos indicadores sociais. Primeiro ao aumentar a cobertura espacial dos indicadores baseados em renda do trabalho para o nível

### A onda recente de crises externas atingiu mais fortemente o trabalho metropolitano do que outras fontes de renda

nacional: entre 1996 e 1998, a renda caiu 0,27% enquanto a indigência aumentou 1,63%. Ou seja, a precarização do trabalho é menos pronunciada no universo brasileiro do que no metropolitano.

Finalmente, ao incorporarmos todas as fontes de renda percebidas pelos diversos membros dos domicílios, chegamos a medidas mais representativas do bem estar nacional: entre 1996 e 1998, a

renda aumentou 2,64%. A indigência caiu 7,4%, perfazendo em 1998, um total de 34 milhões de indigentes. É um número ainda considerável, dada a relativamente alta renda média brasileira. Entretanto, deve-se frisar que, de maneira surpreendente, dada a forma como o debate tem sido conduzido, a miséria brasileira caiu no período 1996-98.

O ponto central é que a evolução recente dos números da miséria brasileira não se resume à crise anunciada nos indicadores de mercado metropolitano. Isto porque os indicadores sociais baseados em pesquisas mais ágeis de mercado como a PME-IBGE (PED-Seade) captam o lado crítico das condições de vida brasileiras atuais, pois a onda recente de crises externas atingiu mais fortemente o trabalho metropolitano (em particular, o paulistano) do que outras fontes de renda ou áreas geográficas.

**Marcelo Côrtes Neri**, PhD em economia pela Universidade de Princeton, chefe do Centro de Políticas Sociais do IBRE/FGV, é professor da EPGE/FGV e escreve regularmente neste espaço para o Valor. E-mail: mcneri@fgv.br